A Política Externa Brasileira para a cooperação internacional em Defesa: análise dos projetos no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (2003-2014)

Guilherme Ziebell de Oliveira[1]
Ana Carolina Melos de Sousa[2]
Henrique Pigozzo da Silva[3]
Josiane Simão Sarti[4]
Priscila Gonçalves Schelp[5]
Raíssa Mattana[6]

Resumo: Este artigo objetiva analisar os projetos de cooperação em defesa realizados através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), entre os anos de 2003 e 2014, além das diretrizes de Política Externa Brasileira (PEB) durante o período destacado. A partir de revisão bibliográfica, levantamento de dados e análise qualitativa, busca-se compreender quais os fatores impulsionadores do aumento nos projetos de cooperação em defesa, tendo como base os dados fornecidos pela ABC. Conclui-se que a PEB é refletida na predominância de projetos de cooperação com países do Sul global, em especial América do Sul e África.

Palavras-chave: Agência Brasileira de Cooperação; Política Externa Brasileira; Política de Defesa; Governo Lula; Governo Rousseff.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, a Política Externa Brasileira (PEB) passou por um processo de transformação, ganhando maior destaque nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e sendo redirecionada nos mandatos de Luís Inácio (Lula) da Silva. Com FHC, a ideia inicial era de que o Brasil deveria se inserir no contexto neoliberal da globalização, no novo cenário internacional de ampla abertura aos fluxos comerciais e financeiros (VIZENTINI, 2005). Já com Lula, uma nova dimensão de política externa veio à tona, com o reforço da atuação internacional do país, especialmente em relação aos organismos internacionais e aos países do Sul global (VIZENTINI, 2005). Com a ascensão da presidenta Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto, surgiram questionamentos sobre a continuidade das diretrizes da PEB encaminhadas por Lula.

A partir do governo Cardoso, o debate acerca de temas relacionados à defesa começou a ser ampliado. Além da elaboração da Política Nacional de Defesa (PDN), em 1996, o governo FHC deu início a um processo que levou à criação da Creden (Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo) que tinha por objetivo auxiliar a

[1] Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPol-UFRGS). Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI-UFRGS) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: guilherme.ziebell@ufrgs.br

[2] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). E-mail: anamelos.sousa@gmail.com

[3] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). E-mail: henriquepigozzo@gmail.com

[4] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). E-mail: josisarti@gmail.com

[5] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). E-mail: pgschelp@gmail.com

[6] Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). E-mail: raissa.mattana@gmail.com

articulação entre as forças civis e militares (OLIVEIRA; BRITES; MUNHOZ, 2010). Já com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, os esforços de relacionar temas de política externa e aumento da legitimidade das ações governamentais começaram a tomar forma.

Nesse contexto, o presente artigo busca analisar as diretrizes de política externa brasileira sobre a cooperação internacional no setor de Defesa durante os dois mandatos de Luís Inácio (Lula) da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). A fim de restringir a análise, toma-se como banco de dados os projetos de cooperação efetuados através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Além disso, para atender ao objetivo do trabalho, pretende-se responder a seguinte questão: como a PEB (2003-2011) é refletida nos projetos de cooperação no setor de Defesa? Para tanto, foram analisados os dados referentes aos projetos encaminhados nas seguintes regiões: África, América do Norte, América Central e Caribe, América do Sul, Ásia e Oceania, Europa e Oriente Médio[7].

2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A POLÍTICA DE DEFESA (2003-2014)

As diretrizes de PEB podem ser relacionadas aos projetos de cooperação em defesa desenvolvidos com auxílio da ABC. A fim de compreender como elas se relacionam, analisam-se, a seguir, as orientações políticas praticadas durante os governos de Luís Inácio (Lula) da Silva e de Dilma Rousseff, no período de 2003 a 2014. Em seguida, descreve-se a evolução da política de defesa brasileira, a partir de documentos oficiais, e sua relação com a política externa brasileira.

2.1 A política externa de Lula e de Dilma (2003-2014)

A política externa brasileira, em linhas gerais, apresentou objetivos claros e visivelmente postos em prática ao decorrer da última década. Dentre esses, a promoção das relações Sul-Sul, o incentivo às negociações econômicas multilaterais e o aprofundamento das relações com os países desenvolvidos. Além disso, destaca-se a busca pela integração da América do Sul e a promoção da participação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. É, pois, notável que esses objetivos de política externa, formulados e descritos através de discursos oficiais e diretrizes de governo, estão conectados ao setor de defesa. O projeto de integração da América do Sul, por exemplo, está claramente ligado aos objetivos de defesa nacional, principalmente à promoção da estabilidade regional, a qual fomenta a aproximação econômica, diminuindo a possibilidade de embates e contribuindo para a paz e o progresso (SOUZA, 2008).

Sobre as linhas gerais da PEB, restringindo o período de análise aos dois mandatos de Lula e ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, podemos notar algumas diretrizes que são mantidas. O governo de Lula apresentou uma postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais, buscando alianças privilegiadas no Sul. O governo também procurou inserir o Brasil no cenário mundial, enfatizando formas autônomas, ampliando a gama de parceiros e as opções estratégicas brasileiras – a chamada autonomia pela diversificação. Foi enfatizada, então, a cooperação Sul-Sul, visando a um melhor equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa em comparação ao período FHC (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Além disso, durante o primeiro mandato de Lula, a conjuntura internacional e o crescimento da economia nacional auxiliaram o governo a praticar uma política externa de

[7] A definição das regiões analisadas foi feita com base em classificação da ABC (ABC, 2015).

destaque, classificada como ativa e altiva[8] pelo então chanceler, Celso Amorim (AMARAL, 2014). Segundo Amorim (2010), o país também ganhou notoriedade internacional por alcançar metas de redução da pobreza e da desigualdade de renda interna. Ademais, o Brasil, considerando o cenário externo, pautou-se pela não indiferença, pela não intervenção e, especialmente, pela disposição em assumir novas responsabilidades (LESSA, 2010). Entretanto, durante o período de 2003 a 2006, o Ministério da Defesa manteve certa falta de legitimidade, herdada do período FHC, devido ao distanciamento entre os Ministros da Defesa e os militares (OLIVEIRA; BRITES; MUNHOZ, 2010).

Já no primeiro mandato de Rousseff, a essência da PEB do governo anterior foi mantida, ainda que com alguns ajustes. A nova administração enfatizou a continuidade das diretrizes de política externa, observadas em reuniões de cúpula e nos agrupamentos com fins específicos. Porém, o empreendedorismo da política externa altiva e ativa de Lula e de Amorim perdeu espaço. As iniciativas do Brasil foram mais reativas do que ativas – exemplo disso seria a suspensão do Paraguai no MERCOSUL[9] e a saída de Patriota[10]. Por outro lado, a política externa de Rousseff se focou mais no âmbito das ideias do que no da ação prática – como nos discursos da presidenta no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (CORNETET, 2014).

O representante da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Antonio Patriota, afirmou que o governo da presidenta buscou consolidar a base de política externa criada por Lula, a qual abriu caminhos, elevou o perfil do país e trouxe novas oportunidades. Essas oportunidades não foram ainda inteiramente aproveitadas, confirmando-se como um período de consolidação, aprofundamento e ampliação (PATRIOTA, 2014, p. 21). Isso, então, configura-se como uma não ruptura de diretrizes entre os dois presidentes.

Ainda, diversos fatores se somaram para que a política externa do país não fosse prioridade na agenda de debates brasileira do período 2011-2014. Nesse sentido, nota-se uma diminuição no número de visitas oficiais a outros países, refletindo a menor prioridade dada à diplomacia presidencial (OLIVEIRA, 2015). Além disso, houve o enfrentamento de um ambiente externo mais hostil do que no governo anterior, com os efeitos da crise econômica mundial[11] tendo sido sentidos de forma mais acentuada (PEREIRA, 2012). O foco político de Rousseff, então, esteve em reduzir os danos causados por tal crise, dando centralidade à articulação com os BRICS e à reforma do sistema econômico internacional (SILVA, 2014). Pode-se afirmar, assim, que o país passou a ter uma atuação internacional mais comedida durante o primeiro mandato de Dilma, ainda que tenha mantido a mesma matriz de política externa[12] da administração anterior (AMARAL, 2014).

---

[8] Celso Amorim denominou a diplomacia brasileira do período Lula, a partir de 2003, de "ativa e altiva", em que pretendeu assumir um protagonismo global (BREDA DOS SANTOS, 2014).

[9] Após a deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai, amparados pela cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia, Argentina, Brasil e Uruguai decidiram pela suspensão do país no MERCOSUL. Essa suspensão teria validade até que fossem convocadas novas eleições no Paraguai, visando à continuidade da democracia, entendida como fundamental pelos países do bloco (OLIVEIRA, 2012).

[10] Patriota foi retirado do cargo de Chanceler, em 2013, depois que o encarregado de negócios brasileiro na Bolívia, Eduardo Saboia, sem o conhecimento do Itamaraty, organizou uma operação de fuga para o senador boliviano Roger Molina, que se encontrava asilado na embaixada brasileira em La Paz há mais de um ano, após ter sido acusado de diversos crimes pelo governo de Morales.

[11] A crise econômica mundial teve início em 2008, nos EUA, em uma crise financeira gerada pela especulação setor imobiliário de hipotecas *subprime*. Rapidamente a crise se espalhou pelos mercados dos países desenvolvidos, levando a quedas bruscas no PIB europeu e norteamericano (SILVA, 2010). Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, os efeitos da crise demoraram um pouco mais de tempo para afetar suas economias de maneira significativa (CORNETET, 2014; CURADO, 2011)

[12] Matriz de política externa é, segundo Ricardo Sennes (2003), o "fio condutor" que une as políticas externas de diferentes governos de um país, conectando os vários elementos que afetam sua inserção internacional, como suas ações econômicas, diplomáticas e militares.

2.2 A Política Externa e as Relações com a Política de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 2008, define como operacionalizar o que foi determinado pela Política de Defesa Nacional (PDN) – principal documento de defesa brasileiro, aprovado em 2005. A PDN aborda, primordialmente, as ameaças externas de segurança e a ligação que a Defesa tem com o desenvolvimento do país (SILVA, 2014). Ademais, ela relaciona a projeção do Brasil no cenário global e o fortalecimento da posição do país nos processos decisórios internacionais, reafirmando a conexão da PDN com a PEB, marcada pelo multilateralismo, pelo reforço da interação sul-americana e pela consolidação da paz e segurança internacionais (BRASIL, 2005). Assim, o real alinhamento das políticas externa e de defesa ocorreu no contexto de política externa "altiva e ativa" do governo Lula. Dessa maneira, Marchetti (2014, p. 47) enfatiza que

> O Brasil é um país pacífico, que não têm inimigos, sobretudo na região. Isso vai levar a que progressivamente nós consigamos desenvolver uma identidade sul-americana de defesa e isso é muito importante. Ao mesmo tempo, o Brasil não pode ignorar as ameaças do presente e do futuro. Nós vivemos em um mundo de Estados-nação. Podemos não gostar disso, mas é a realidade. Nesse mundo, ataques de variados tipos continuarão a ocorrer, nós podemos e devemos reagir a alguns deles de forma diplomática, mas também temos que estar preparados para reagir, não necessariamente com ataques agressivos, mas com uma defesa robusta.

O debate acerca da relação entre a PEB e a Política de Defesa foi fortalecido com a publicação do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)[13] em 2012, o qual aborda a conexão entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores (CORREIA, 2015). A despeito disso, não houve homogeneidade nas ações sobre questões de defesa durante o governo de Lula. Em seu primeiro mandato, classifica-se a agenda como reativa, e no segundo, como mais assertiva. Ainda, duas diferenças cruciais dos dois mandatos de Lula são apontadas: o escopo geográfico e os instrumentos utilizados (SILVA, 2014; VILLA; VIANA (2010).

Para Villa e Viana (2010), no período 2007-2010, passou-se a incluir questões globais na agenda de política externa no setor de segurança e defesa. Exemplo disso foi a negociação do programa nuclear iraniano e o engajamento em missões de paz da ONU. Ademais, as relações com a América do Sul deixaram de se pautar somente por fatores econômicos e comerciais, adotando uma abordagem multilateral da segurança da região (SILVA, 2014). De acordo com Saint-Pierre (2010), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a END são demonstrativos de um novo direcionamento da PEB em prol do setor de Defesa. Tanto o CDS, quanto a Estratégia são marcos para a interligação dos objetivos de defesa inerentes à política externa (SILVA, 2014).

No primeiro mandato de Dilma Rousseff, o ministro das Relações Exteriores foi Antonio Patriota, mantendo as diretrizes de política externa do governo Lula. Por conseguinte, Patriota fora substituído por Luiz Alberto Figueiredo, também encadeado por fato ocorrido anteriormente: Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores, assumiu a pasta do Ministério da Defesa, tentando reaproximar o Itamaraty e as Forças Armadas Brasileiras (OLIVEIRA; BRITES; MUNHOZ, 2010). Ainda, Silva (2014) cita outro ajuste do mandato de Dilma em relação ao de Lula, quando se refere ao modelo de caça a ser comprado

[13] Documento público que tem por objetivo permitir o acesso à informação sobre o setor de defesa brasileiro. Além disso conta com o apoio do governo, de empresários, políticos, jornalistas e acadêmicos a fim de melhorar a articulação entre as Forças Armadas e a diplomacia brasileira (CORREIA, 2015; SILVA, 2014).

para a Força Aérea Brasileira (FAB). Em 2009, Lula chegou a anunciar a compra dos caças franceses Rafale; porém, já no mandato de Dilma, foi escolhido o modelo Gripen NG, projeto a ser desenvolvido por meio de uma parceria entre a empresa sueca e o Brasil. A motivação a essa mudança se deve ao preço elevado dos Rafale e pelo maior percentual de transferência tecnológica sueca (MONTEIRO, 2013).

Apesar dessas diferenças entre a PEB de Roussef e a de Lula, pode-se afirmar que houve continuidade, porém com alguns ajustes, nas relações entre esses dois âmbitos políticos – defesa e ação externa. Também é possível concluir que o poder militar e a boa articulação entre a política externa e a política de defesa puderam melhorar a capacidade de barganha e autonomia do Brasil - sendo assim uma ferramenta necessária para o êxito dos interesses nacionais (ALSINA JR., 2009).

3 AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO E O SETOR DE DEFESA

A Agência Brasileira de Cooperação é o órgão encarregado de negociar, coordenar, implementar e acompanhar a execução dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e outros países ou organismos internacionais. Integrando a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a agência operacionaliza a política de cooperação técnica brasileira segundo a orientação e as diretrizes dele emanadas (BRASIL, 2004). Nesse contexto, a ABC tem, em parceria com o Ministério da Defesa, apoiado a oferta de vagas para militares da América Latina e da África em diversos cursos no âmbito da defesa, objetivando o fortalecimento das relações bilaterais através de cooperação técnica e intercâmbio de experiências. Tais treinamentos são destinados aos oficiais e suboficiais das Forças Armadas, transferindo aos militares estrangeiros a experiência brasileira e conhecimentos específicos (ABC, 2015).

Outro ponto a se destacar é a celebração do Acordo de Cooperação Técnica na Área de Defesa, objetivando a formalização e o aperfeiçoamento da parceria entre a ABC e o Ministério da Defesa, em maio de 2010. Com esse acordo, foi possível expandir a atuação do Ministério, aprimorando a capacidade da agência em coordenar a análise, a aprovação e a execução das iniciativas no setor de defesa. Cita-se, por exemplo, o financiamento para a América Latina, executado em 2013, de vinte cursos de capacitação, em sua maioria realizados pelo Exército Brasileiro (ABC, 2015). Fica evidente, portanto, a importância da colaboração entre instituições brasileiras para a efetividade da cooperação internacional do Brasil.

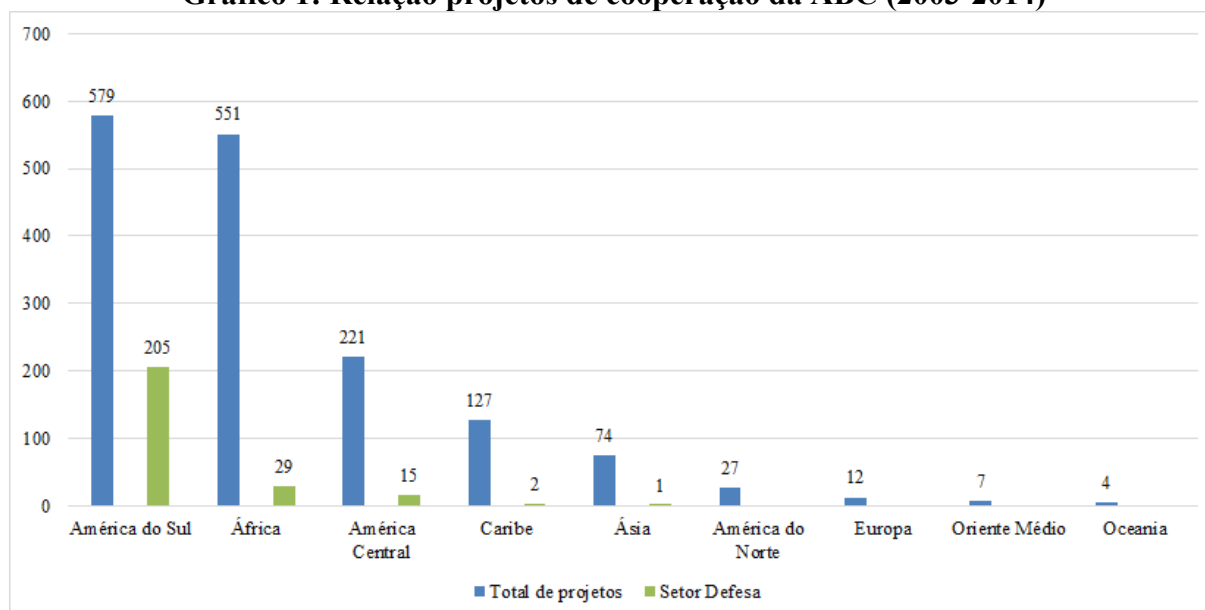
Segundo Antonio Patriota (2013), o futuro da ABC envolve o processo de transformação estrutural pelo qual a cooperação técnica estava passando em 2013. Desse modo, o Brasil ainda recebia alguma cooperação técnica, mas, seria cada vez mais, visto como um prestador de cooperação. E a demanda por essa cooperação só tendia a aumentar, o que, evidentemente, coloca forte pressão sobre os instrumentos de que o país dispõe atualmente. Assim, Patriota (2013, p. 29) enfatizou que

> O orçamento da ABC ainda é relativamente reduzido se comparado ao de países mais desenvolvidos. Mesmo os países mais desenvolvidos frequentemente sugerem a países na África, na América Central, na Ásia que procurem uma cooperação com o Brasil. Como respondemos a isso? É um desafio que exige uma reflexão como a que está em curso.

Nesse contexto, outro elemento de grande relevância é o comparecimento da presidenta Dilma Rousseff à cerimônia de celebração de 50 anos da União Africana, em 2013. Tal fato contribuiu para antecipar a ideia de uma nova agência, que poderia ser chamada Agência Brasileira de Cooperação e Desenvolvimento (ABCD), que envolveria montantes

mais elevados de recursos para prestação de cooperação. No entanto, a ideia estava ainda em fase de amadurecimento e representava o desejo brasileiro de corresponder e de atender, da melhor forma possível, à demanda crescente por cooperação técnica (PATRIOTA, 2014).

Como observado no gráfico abaixo, os projetos firmados pela ABC, sejam do setor de Defesa ou não, em sua maioria, têm como parceiros países da América Latina e da costa ocidental da África, devido à percepção de entorno estratégico brasileiro, trazido tanto pela END como pelo LBDN. Nas próximas subseções, são apresentadas as análises dos dados da agência referentes às inciativas de cooperação desenvolvidas com cada uma dessas regiões, tendo em vista sua quantidade e relevância para as relações exteriores do Brasil e sua política de defesa.

Gráfico 1: Relação projetos de cooperação da ABC (2003-2014)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

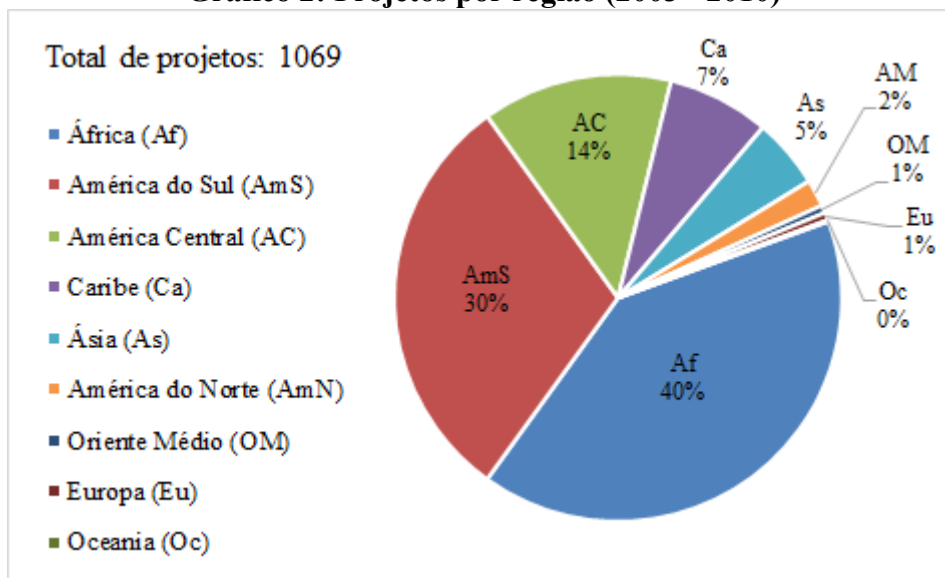
3.1. África

A chegada do presidente Lula à frente do Executivo brasileiro, em 2003, trouxe novos rumos para a política externa, como vimos anteriormente. Uma das grandes novidades da ação externa do Brasil foi sua inegável aproximação com o continente africano, firmando, novamente, uma política para a África, como não se via desde o início dos anos 1990. O governo brasileiro passa, então, a consolidar parcerias com países africanos nas mais diversas áreas, aumentando, inclusive, o número de embaixadas e consulados no continente, muitas das quais haviam sido fechadas no período anterior (PENHA, 2011). Em mensagem ao Congresso Nacional, no ano de sua posse, Lula esclarece a nova postura:

> O Itamaraty ampliará a presença do Brasil em maior número de países africanos. Inspiram a nova política africana, além da simples justiça, os interesses de amplo segmento da sociedade brasileira, em especial a comunidade de afrodescendentes, bem como a convicção de que as parcerias políticas de cooperação econômica, técnica, cultural e em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e a África reforçam a aceleração do desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2003, p. 244).

Seguindo essa tendência, o Brasil incrementou o comércio internacional com os países africanos, abrindo novas fronteiras para essa parceria, além de ampliar as linhas de crédito concedidas aos governos locais, possibilitando investimentos em áreas cruciais ao

desenvolvimento interno desses países. É importante também destacar a aplicação de capitais que foi realizada, através da Petrobras e da Vale em setores estratégicos, como o de extração de petróleo e carvão (PENHA, 2011). O gráfico abaixo ilustra essa retomada das relações com a África, demonstrando os projetos firmados pelo MRE, no âmbito da ABC, e o quanto o continente representa em relação às demais regiões estudadas.

Gráfico 2: Projetos por região (2003 - 2010)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

Acerca da exploração de petróleo, é preciso destacar a maior aproximação do Brasil com o continente africano após a descoberta das reservas petrolíferas na camada pré-sal brasileira, em 2007, pela Petrobras (PIQUET, 2012). Tendo sob seu domínio uma riqueza explorável tão disputada no cenário mundial, o governo brasileiro passou a tomar consciência da necessidade de garantir a soberania sobre esses recursos. Nesse sentido, o Brasil voltou-se para a dinâmica sul atlântica, de modo a evitar a presença de potências extrarregionais, que poderiam ameaçar seus interesses na região, enxergando nos países africanos da costa ocidental uma parceria essencial no cumprimento dessa meta (BRASIL, 2012).

Por seu turno, os países africanos da costa atlântica têm alcançado destaque no cenário mundial também devido a recentes descobertas de novas reservas petrolíferas, sendo essas uma das poucas matérias-primas que mantêm crescente a participação desses países na economia internacional. O continente concentra atualmente 10% das reservas conhecidas de hidrocarboneto. Em grande medida, a exploração desse recurso é realizada pela ação de empresas estrangeiras desde os primeiros indícios da existência de petróleo na região. Tal fato se deve às dificuldades internas dos países africanos, os quais não contam com a tecnologia necessária para a extração (MONIÉ, 2012). Não à toa, é importante destacar a vulnerabilidade a que os governos africanos estão submetidos, e o risco que isso representa para a preservação de sua soberania sobre esses recursos disponíveis.

Dessa maneira, nota-se um movimento por parte do Brasil, junto aos vizinhos sul-americanos que compartilham da costa atlântica e desses parceiros africanos, de resgate dos princípios que levaram à criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a Zopacas,[14]

[14] A Zopacas foi concebida através de resolução final de uma reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em um período marcado pela bipolaridade da Guerra Fria que opunha EUA e União Soviética, disputando um espaço de influência na região. O objetivo desse fórum multilateral era, portanto, evitar o processo de

em 1986, para afastar possíveis ameaças de militarização na região. Tal movimento toma forma com a Reunião de Luanda, em 2007. Concomitante a isso, no entanto, no ano seguinte, os EUA reativam sua IV Frota Naval, que abarca toda a região do Atlântico Sul, em uma estratégia de diversificação das suas fontes de recursos energéticos, ameaçando, assim, a consolidação da zona de paz (BARBOSA, 2015). Frente a esse gesto, observa-se um impulso do governo brasileiro em estreitar ainda mais os laços com os Estados da África, agora no setor de defesa, promovendo operações de treinamento militar com as forças armadas de alguns desses países, a saber: Moçambique e São Tomé e Príncipe, com dois projetos cada, Cabo Verde e Quênia[15], com apenas um. Foram, no total, seis missões desse tipo iniciadas em 2008, das quais cinco[16] foram concluídas ainda no governo Lula (ABC, 2015).

Com a chegada de Dilma Rousseff ao poder, em 2011, o cenário interno se modificou, trazendo implicações diretas para a condução da política externa, como já destacado. Em relação à África, ainda não há um consenso, entre os teóricos de PEB, acerca de uma possível contração ou não da política africana brasileira. O que se pode observar com os estudos recentes é que não há um abandono das relações com o continente, mas sim ajustes que tiveram como consequência um menor grau de incidência de acordos firmados. Entretanto, a África continua ocupando lugar de destaque nas relações exteriores do Brasil, representando um espaço de atuação internacional importante para o governo brasileiro, da mesma forma como aparece enquanto respeitável mercado consumidor para os produtos nacionais (OLIVEIRA, 2015).

No que diz respeito ao setor de defesa, nota-se uma interessante continuidade dos projetos, ainda firmados pela ABC, que se iniciaram no governo Lula, intensificando seu grau de ocorrência. Nesse sentido, o primeiro mandato de Rousseff foi responsável pelo envio de 24 missões de treinamento militar, das quais seis permaneceram em execução até o fim de seu primeiro mandato. Os países que receberam essas operações são, em sua maioria, membros da Zopacas (com exceção de Moçambique) e, portanto, estão localizados na costa atlântica do continente africano, demonstrando novamente a preocupação do Brasil em assegurar a segurança e a estabilidade dessa região. Desse total, cinco foram realizados com Senegal e São Tomé e Príncipe, quatro com Moçambique e Angola, três com Cabo Verde, e um com Guiné Bissau, Benim e Nigéria (ABC, 2015).

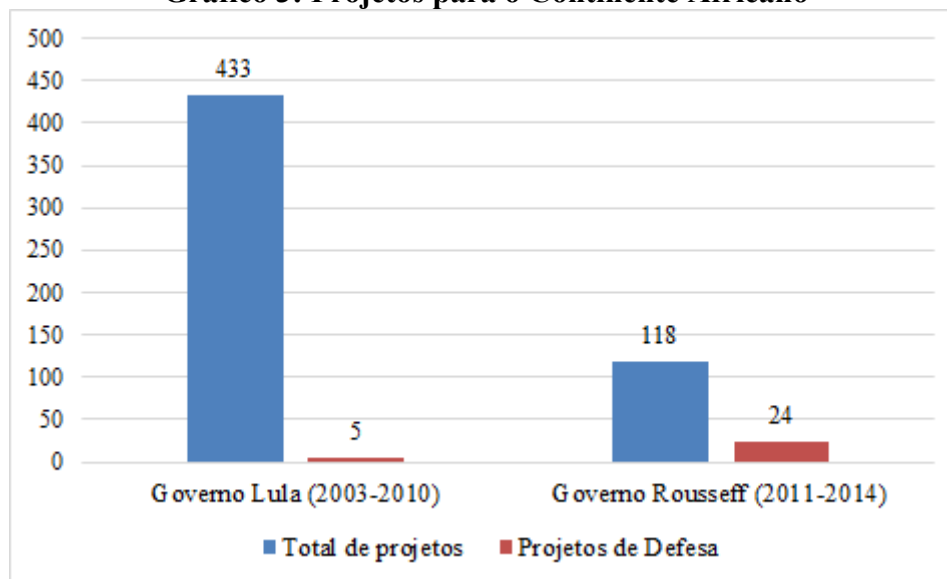
O gráfico abaixo ilustra a relação entre os projetos totais encaminhados para o continente africano e os projetos exclusivos do setor de defesa nos dois governos em questão, de forma a evidenciar a diminuição na quantidade final de programas para a África no período de Rousseff - de 433 para 118 -, e também o aumento desses programas na área de defesa - de apenas seis para 24 em um mandato. O que importa nesse ponto é observar a comparação entre um período de oito e outro de quatro anos para conseguir evidenciar os avanços que foram feitos nesse governo, contribuindo para fortalecer a hipótese de que não houve um abandono das relações com a África, mas uma retração na sua intensidade (ABC, 2015).

---

militarização da área sul do oceano Atlântico, diferentemente do que havia acontecido com a porção norte após a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, claramente com perfil militar (BARBOSA, 2015).

[15] A despeito de não estar localizado na costa atlântica do continente (ABC, 2015).

[16] A operação de treinamento militar para o Quênia ainda se encontra em execução (ABC, 2015).

Gráfico 3: Projetos para o Continente Africano

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

3.2 América do Sul

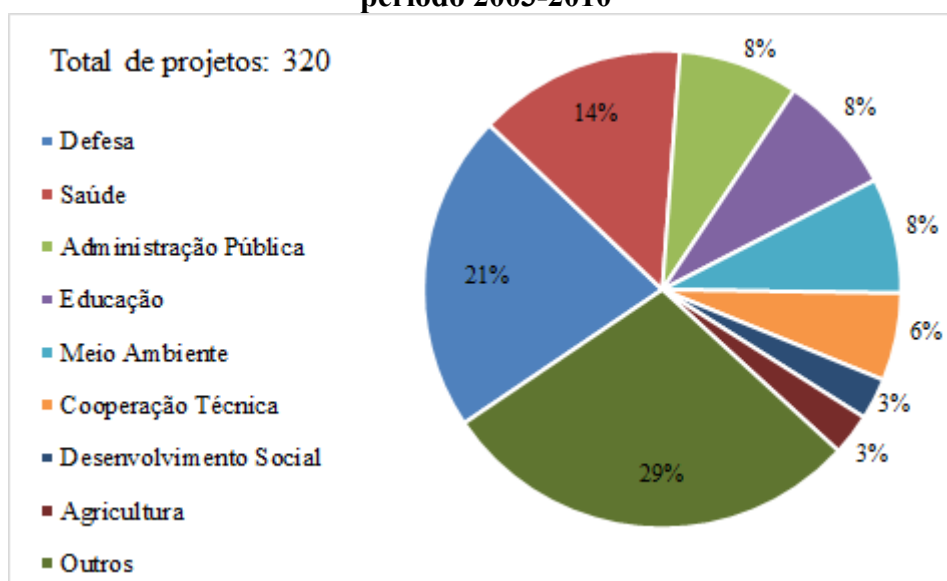
Como destacado na PND e na END, o Brasil considera o estreitamento das relações com seus vizinhos como prioritário em sua política externa e de defesa. Além de meios de dissuasão externa, o país aposta na integração regional e na construção de confiança mútua para fomentar o desenvolvimento e a manutenção da estabilidade em seu entorno estratégico imediato, composto também pelo Atlântico Sul e pela costa ocidental da África. Nesse sentido, a cooperação militar na região, bem como a integração das bases industriais de defesa, é essencial para desenvolver as capacidades dos países, evitar o surgimento de ameaças externas ao continente e facilitar a resolução pacífica de conflitos (BRASIL, 2012a).

Nesse contexto, o fundamental apoio do governo Lula para a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) é reflexo da reorientação da PEB a partir de 2003, evidenciando também a tendência à cooperação na região, em especial na área de defesa (PATRIOTA, 2014; BRASIL, 2012b). Seguindo essa diretriz, a conjugação entre Política de Defesa e Política Externa ficou clara com a proposta brasileira de criação do CDS no âmbito da Organização. De forma semelhante, com o intuito de construir uma identidade regional de defesa, promover o intercâmbio de experiência militar e estimular a cooperação entre os Estados-membro da Unasul, também foi inaugurada, em abril de 2015, a Escola Sul-Americana de Defesa (Escude) (DINIZ, 2015; ISAPE, 2014).

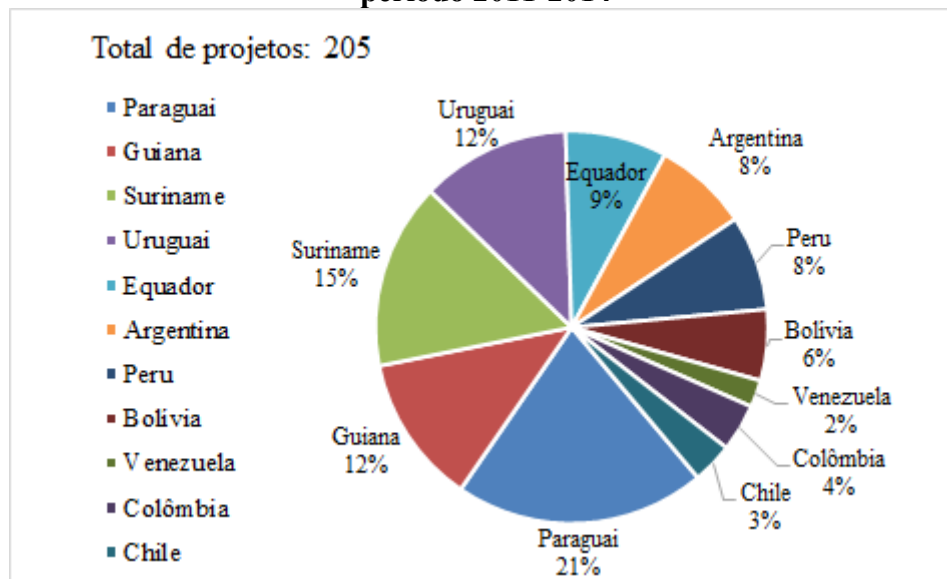
Na prática, tais esforços se refletem, por exemplo, na realização do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-Sul) e do I Seminário Zopacas - Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, ambos com o apoio institucional da ABC. Organizado e ministrado anualmente pela Escola Superior de Guerra (ESG) desde 2012, o CAD-Sul é desenvolvido ao longo de 10 semanas com a participação de cerca de 30 civis e militares dos países membros da Unasul, tendo como o objetivo "desenvolver o pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regionais" (ESG, 2014). Já o I Seminário Zopacas, ocorrido em 2013, objetivou o fortalecimento das ações conjuntas de busca e salvamento marítimo entre os membros da Zona. Certamente, a capacitação de profissionais da área auxilia a compreensão dos principais desafios de segurança e defesa da região, como a defesa de recursos energéticos, a cibersegurança e a integração da base industrial de defesa,

possibilitando a formulação de uma doutrina estratégica regional que esteja à altura de tais desafios (BRASIL, 2013).

Acompanhando a gradual institucionalização da cooperação em Defesa na América do Sul, a ABC passou a coordenar a execução de projetos no setor a partir de 2008. Como ilustrado no Gráfico 4, ao longo dos dois governos de Lula foram realizados, com o apoio da ABC, 320 iniciativas de cooperação no sub-continente, das quais 68 foram no setor de Defesa. Regularmente, a cooperação na área se dá através da oferta de vagas em cursos de treinamento militar a oficiais e suboficiais de países vizinhos, "transmitindo a militares estrangeiros conhecimentos específicos da experiência militar brasileira (...) [o que] contribui para estreitar ainda mais os laços de amizade entre o Brasil e essas nações, importantes aliados da política externa brasileira" (ABC, 2015).

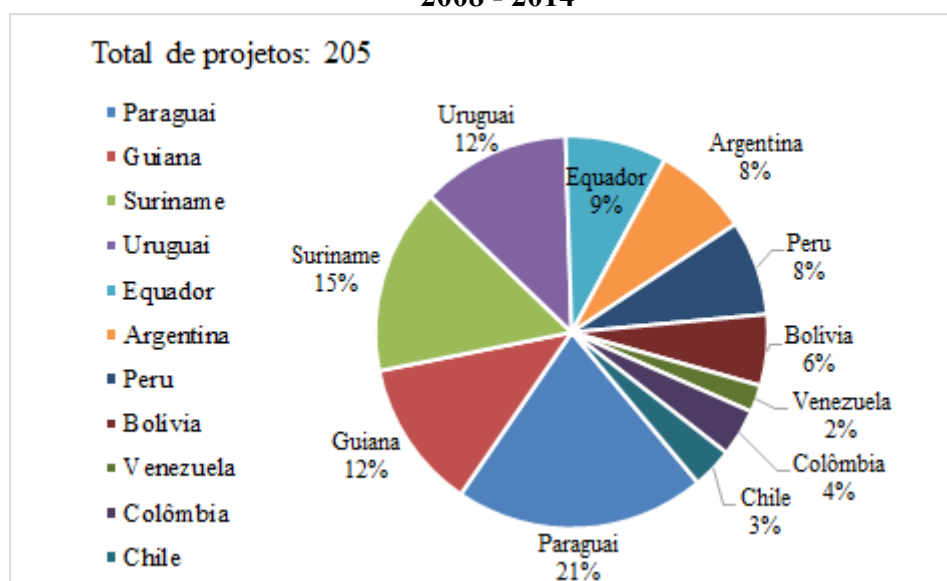
Gráfico 4: Relação projetos de cooperação em Defesa/projetos de outros setores – período 2003-2010

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

No primeiro mandato de Rousseff, por sua vez, percebe-se um relevante aumento no estabelecimento de projetos na área de Defesa, chegando estes à marca de 137 - mais do que dobrando seu número em relação ao período anterior (ver Gráfico 5). É importante destacar, também, o fato de que o total de projetos (incluindo os demais setores) aumentou expressivamente de um período para outro, tendo sido executadas, na média, 40 iniciativas por ano nos governos de Lula e 65 no primeiro governo de Rousseff. Nesse sentido, a crescente importância da América do Sul para a Política Externa e de Defesa do Brasil é refletida nos números da ABC, corroborando a percepção de tendência de cooperação regional em matéria de defesa expressa no LBDN. Para tanto, a parceria entre a ABC e o Ministério da Defesa, firmada com o Acordo de Cooperação Técnica na Área da Defesa em 2010, parece ter contribuído consideravelmente.

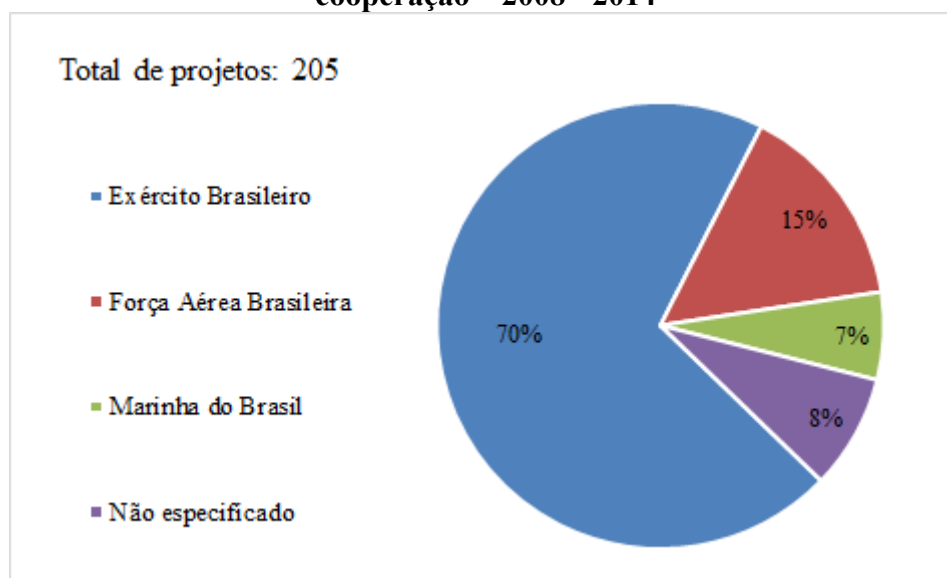
Gráfico 5: Relação projetos de cooperação em Defesa/projetos de outros setores – período 2011-2014

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

Como ilustrado pelo Gráfico 6, percebe-se que países com menores capacidades militares são os maiores beneficiários dos projetos de cooperação. Inevitavelmente, a proposta de integração política, econômica e militar do continente gera custos para o Brasil, líder desse processo. Isso ocorre, especialmente, por conta da assimetria de capacidades técnicas de países menores e sua necessidade intrínseca de evolução. No caso do Suriname, além do treinamento militar, o Brasil apoia a revitalização de blindados do país vizinho; além disso, é estudada, desde 2014, a possibilidade de ampliação da cooperação brasileira para a "capacitação marítima, (...) pavimentação de pistas de pousos e (...) construção de hangares em aeroportos da região de Selva Amazônica" (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, justifica-se a grande participação de militares do Suriname e da Guiana em cursos no Brasil, tendo em vista que os países já contam com o apoio brasileiro para a modernização de suas estruturas de defesa (DEFESANET, 2012). Por sua vez, a suspensão do Paraguai por mais de um ano da Unasul parece não ter afetado sua atuação nos projetos de cooperação, mantendo-se como o principal beneficiário dos cursos de treinamento militar oferecidos pelo Brasil. É importante notar, contudo, que muitos dos projetos de cooperação em defesa coordenados pela ABC são de cunho multilateral, contando com a participação de mais da metade dos países sul-americanos em cada um deles. A cooperação bilateral, nesse caso, é mais frequente com países de menor capacidade militar relativa, mostrando a especial preocupação brasileira com o desenvolvimento desses países e sua importância para o sucesso da integração regional.

Gráfico 6: Participação dos países sul-americanos em projetos de cooperação em Defesa – 2008 - 2014

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

Dentre outras, as capacitações oferecidas pelo Ministérios da Defesa, por meio das organizações das Forças Armadas do Brasil e em parceria com a ABC, são de piloto de caça, preparação de missão de paz, desminagem, aperfeiçoamento de oficiais, guerra na selva, inteligência e controle de avarias, contribuindo para a formação profissional dos envolvidos. Conforme o Gráfico 7, percebe-se que parte significativa dos cursos são ministrados pelo Exército Brasileiro, possivelmente por ser a maior força no quesito efetivo e orçamentário e pelo fato de o Brasil compartilhar fronteiras terrestres com seus vizinhos. Por outro lado, a atuação das demais forças em projetos de cooperação coordenados pela ABC ainda é tímida, apresentando uma assimetria entre a participação de cada organização das Forças Armadas na área.

Gráfico 7: Participação das organizações das Forças Armadas nos projetos de cooperação – 2008 - 2014

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ABC (2015).

Com base nos dados expostos, percebe-se que as diretrizes de criação de identidade e integração da defesa sul-americana, asseveradas em documentos oficiais, bem como o exercício da liderança brasileira nesse processo, estão sendo postas em prática. Certamente, a área de defesa é uma arena de cooperação no subcontinente, evitando conflitos e fomentando o desenvolvimento regional e a estabilidade democrática. Neste setor, contudo, há muito para avançar, dada a baixa institucionalização da cooperação em defesa e segurança no continente e as barreiras orçamentárias e políticas dos países. Não obstante, a ABC constitui-se como uma útil ferramenta para a execução da política externa brasileira, bem como para sua concertação com a estratégia de defesa do Brasil; contudo, a agência apresenta um enorme potencial de desenvolvimento institucional e de participação no processo de integração subcontinental.

3.3 América do Norte, América Central e Caribe

Em termos de América do Norte, é preciso fazer uma divisão entre Canadá e Estados Unidos, os quais se inserem no mundo desenvolvido, e o México, que está mais ligado à realidade latino-americana. O novo perfil de política externa traçado pelo governo Lula, que buscou privilegiar as relações com os países do Sul, sobressai na análise dos projetos firmados pela ABC durante esse período: de todos 21 projetos firmados na administração Lula, nenhum foi destinado aos EUA ou ao Canadá[17]. No entanto, é preciso ressaltar que desse total de programas, não há registro de algum que tenha sido estabelecido para o setor de defesa (ABC, 2015). No governo Rousseff, tem-se o mesmo quadro: dessa vez, foram apenas seis projetos para a região, todos com parceria com o México, mas ainda nenhum registro de programas no setor de defesa (ABC, 2015).

Já quanto as regiões da América Central e Caribe, o Brasil mantém um papel de liderança no esforço de estabilização e manutenção da ordem democrática no Haiti desde 2004. O comando do Brasil e a contribuição de tropas brasileiras para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização (MINUSTAH) do Haiti reflete a credibilidade que o país conquistou no Caribe. No âmbito da ABC, no entanto, os dados analisados sobre os projetos de cooperação em defesa na América Central e Caribe mostraram-se pouco expressivos se comparados à América do Sul. Ainda assim, as iniciativas estabelecidas na região aumentaram de três no período do governo Lula para 14 no primeiro mandato da presidenta Rousseff, com ampla participação de militares da Guatemala, Nicarágua, El Salvador, e Haiti, em ordem decrescente.

3.4 Ásia e Oceania

No primeiro mandato do presidente Lula, o reconhecimento da importância geopolítica e da pujança econômica características da Ásia e da Oceania evidenciou o potencial de cooperação até então não explorado com os estados da região. A necessidade de se aproximar das demais nações emergentes, no esforço de diversificar as parcerias internacionais, conduziu as ações diplomáticos em direção ao oriente. A mensagem da Presidência ao Congresso Nacional (2003), nesse sentido, sublinhou o desejo de aprofundar as relações e reforçar o diálogo com os países asiáticos, o que seria traduzido na prática pelo engajamento em projetos de cooperação em uma ampla gama de setores. A ampliação dos laços com a Ásia se inseriu, portanto, em um esforço maior de universalização da PEB do governo Lula, no sentido de estabelecer promissoras relações sobretudo com os demais países

[17] Tem-se registro apenas de um Seminário Internacional sobre a participação brasileira e canadense na Cooperação Técnica prestada ao Haiti, realizado no ano de 2008, na área de Educação em Políticas Públicas (ABC, 2015).

em desenvolvimento, haja vista a considerável convergência de interesses. Além das vantagens comerciais verificadas a partir da inserção de produtos brasileiros nos mercados asiáticos, da atração de investimentos externos e da aquisição de novas tecnologias de ponta, a relevância então atribuída à Ásia no que tange à busca de novos parceiros internacionais está relacionada a interesses mais abrangentes, como a possibilidade do aumento do poder de barganha nos fóruns multilaterais e da ampliação dos espaços ocupados pelo Brasil nos negócios internacionais (BECARD, 2008).

No caso do Japão, percebeu-se que, apesar da diminuição da interdependência entre Brasil e o país por conta da desaceleração do crescimento japonês na virada do milênio, a parceria bilateral não sofreu gravemente com as relações mais escassas, dada a postura do governo Lula (CERVO, 2008). Nesse sentido, houve proeminência no compromisso de desenvolver conjuntamente os projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kyoto, além de avanços importantes pela atuação conjunta em terceiros mercados. No tocante à China, a aproximação estratégica fica evidente a partir de 2005, quando novos acordos são assinados, além de protocolos nas áreas de comércio e de cooperação industrial na construção de hidroferrovias. (MASIERO, 2007). Desse modo, nas relações com a China, Masiero (2007, p.294) coloca que "o número elevado de acordos políticos, econômicos e de desenvolvimento científico e tecnológico indica um relacionamento já consistente do Brasil com a China".

Durante o governo Lula, o Brasil mantinha com China, Coréia do Sul e Japão consideráveis relações políticas, econômicas e culturais, apesar de ainda reduzidas, se comparadas às com a América do Norte e Europa (MASIERO, 2007). Além disso, embora seja percebido um maior incentivo para os esforços de cooperação com a Ásia no período, observa-se que estes ainda são bastante tímidos frente àqueles direcionados à África e à América do Sul. Contribuem para isso a ausência de uma política de ação bem definida direcionada à Ásia e a consequente adoção de uma atitude passiva e circunstancial por parte dos atores brasileiros (BECARD, 2008). Tais entraves são percebidos, no âmbito de atuação da ABC, pela quantidade de projetos de cooperação com o continente asiático, que pouco se destaca no quadro geral. De 2003 a 2010, verificam-se apenas 55 projetos de cooperação com a Ásia e Oceania, nenhum dos quais está relacionado com o setor de defesa.

O seguimento do diálogo e do intercâmbio com a China também se fez presente, através da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Coordenação e Cooperação (COSBAN), principal mecanismo institucional das relações entre os dois países, criado ainda no governo Lula. No primeiro mandato de Rousseff, procurou-se dar continuidade à construção de alianças estratégicas com países asiáticos a partir das iniciativas do governo anterior. Observam-se propostas de cooperação técnico-militar por meio de pesquisas científicas conjuntas para o desenvolvimento de armamentos e equipamento militar. Aqui, destaca-se o programa de adaptação de um radar de varredura eletrônica ativa, de fabricação indiana, à plataforma do Embraer 145 (DEFESANET, 2011). No domínio específico de atuação da ABC, todavia, os avanços a partir de acordos de cooperação anteriormente estabelecidos não são evidentes. Vinculados à agência estão, sobretudo, os projetos de ações conjuntas com os demais integrantes da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), representada na Ásia pelo Timor-Leste. Dos 23 projetos executados sob o governo de Rousseff, o único na área da defesa consistiu na elaboração da edição de 2011 do Curso de Defesa e Segurança, a ser ministrado por professores da ESG para funcionários da administração pública timorense.

3.5 Europa

A PEB direcionada aos Estados europeus, durante o primeiro mandato de Lula, estava programada para fortalecer, de forma pragmática, os mecanismos de concertação política, assim como os instrumentos de cooperação econômica. Na mensagem da Presidência da República ao Congresso Nacional (2003), frisou-se o abandono da retórica do passado e a construção de programas concretos. Para isso, abordou-se a reativação da Comissão Mista Brasil-União Europeia[18] como de grande utilidade para a ampliação das relações com o bloco regional, a fim de estabelecer um canal próprio para o tratamento de questões de interesse específico brasileiro (BRASIL, 2003).

No entanto, analisando os projetos de cooperação no setor de defesa entre Brasil e Europa no período 2003 a 2014, nenhum é encontrado no âmbito da ABC. Mesmo que não tenham sido catalogados projetos de cooperação no setor de defesa com a Europa, houve um acordo entre Brasil e França para a construção do submarino nuclear brasileiro, previsto pela END, em 2008 (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010). Isso demonstra a intenção da presidência no estreitamento dos laços e a não ligação da ABC com o programa de aproximação subscrito pelo Executivo. Percebe-se, contrariamente, que a cooperação com a União Europeia é de cunho científico, tecnológico e de inovação. Cita-se, como exemplo, a Missão Técnica para Realização de Capacitação em Atendimento Pré-Hospitalar (ABC, 2015). É explicado, então, a não preferência, em detrimento de outras áreas, por projetos de defesa no âmbito da ABC. Outro ponto a se considerar é que o Brasil estaria assentado na posição de ponte entre os pólos estabelecidos, como os Estados Unidos e a União Europeia, e os emergentes, como os BRICS (PATRIOTA, 2014). Outra preocupação brasileira específica à região europeia é quanto à regularização da internet, baseada na fala de Patriota (2003, p.11)

> Comungo com aqueles que advogam a necessidade de instituirmos uma governança multilateral sobre a internet. Hoje, os computadores centrais estão todos no hemisfério norte: dez nos Estados Unidos, dois na Europa e um no Japão. É necessário criarmos marcos multilaterais sobre o tema [...] é inadmissível a centralização dos bancos de dados no hemisfério norte.

3.6 Oriente Médio

A Presidência da República, no início do primeiro mandato do presidente Lula, explicitou o direcionamento das ações brasileiras em relação ao Oriente Médio em uma mensagem ao Congresso. Essa era de que o Brasil acompanharia cuidadosamente a situação política e o processo de pacificação regional, em particular as negociações israelo-palestinas e os desdobramentos da segunda Intifada. Além disso, o Brasil estimularia a moderação e a busca da paz na área, tão importantes também para os brasileiros originários da região, de acordo com os princípios da não intervenção e da solução pacífica de controvérsias. Ademais, a situação no Iraque, que era a mais instável naquele momento, seria objeto da constante atenção do Governo, em firme apoio ao papel das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança (BRASIL, 2003). No entanto, de acordo com a ABC, não se verificam projetos de cooperação no setor de defesa com a região. Os esforços de aproximação e ação conjuntos

[18] As reuniões mistas Brasil - União Europeia sempre tiveram como objetivo o estreitamento das relações bilaterais. A partir de 2007, houve o lançamento da parceria estratégica durante a X Reunião, com a adoção do plano de ação no ano de 2008. Este documento continha 5 grandes blocos de temas: i) promoção da paz e segurança; ii) aperfeiçoamento da parceria econômica, social e ambiental para a promoção do desenvolvimento sustentável; iii) promoção da cooperação regional; iv) promoção da ciência, tecnologia e inovação; e v) intercâmbio cultural e entre as sociedades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

foram somente entre alianças informais, seladas com as visitas do chefe de Estado brasileiro a alguns países na região, especialmente ao Irã.

Apesar de tais esforços serem profícuos para a projeção brasileira no cenário internacional, percebe-se que sem projetos de cooperação não há desenvolvimento dessas relações, nem aprofundamento das alianças. A situação, no entanto, se inverte a partir do primeiro mandato da presidenta Rousseff. As relações com o Irã passaram por um esfriamento, em grande parte devido a críticas relacionadas aos direitos humanos, além de questões conjunturais (GÓMEZ, 2012). Por isso, espera-se que a intenção de realização de projetos de cooperação na área de defesa com países do Oriente Médio seja ainda menor no cenário atual.

4 CONCLUSÃO

A partir do estudo das diretrizes de política externa brasileira durante o período de 2003 a 2014, nota-se a crescente necessidade de reconhecimento da importância de projetos no setor de Defesa. A política externa do governo Lula e do primeiro mandato Rousseff mostra que houve predominantemente uma valorização do setor a cada mandato, dados os projetos de cooperação vinculados à ABC. Dessa maneira, o reflexo da política externa se deu com a constatação de uma maior cooperação com o Sul global, além da priorização de projetos com países que possuíssem menores capacidades militares do que o Brasil. Ademais, percebeu-se uma preferência para acordos que envolvessem a América do Sul e a África no setor de defesa, sendo este um resultado da valorização do entorno estratégico brasileiro iniciada pela gestão Lula, a partir do estabelecimento da END, em 2008. Inevitavelmente, a proposta de integração política, econômica e militar do continente gera custos para o Brasil, que se posiciona como líder desse processo. Isso ocorre, especialmente, por conta da assimetria de capacidades técnicas de países menores e sua necessidade intrínseca de evolução.

De mesmo modo, ficou claro, após a análise, que nem todos os projetos de defesa são coordenados pela ABC. Resulta disso uma debilidade na organização e na sintonia das instituições responsáveis pela cooperação internacional, nesse caso, no setor estratégico de Defesa. O aglutinamento dos projetos e a coordenação por uma via só é primordial para que o processo decisório seja centralizado, criando padrões para os critérios desses projetos e para que a sua efetivação seja a mais ágil possível. A exemplo, pode-se citar a criação de um catálogo mapeando projetos e englobando aqueles de maior extensão, como o de cooperação entre Brasil e França para o desenvolvimento do submarino nuclear, e a parceria com a Índia para a conjugação de sistemas eletrônicos avançados indianos à plataforma brasileira EMB 145.

Tendo em vista a importância do estabelecimento desses acordos de cooperação para a continuidade do projeto brasileiro de inserção internacional sobre bases autônomas, fica evidente, portanto, a importância da colaboração entre instituições brasileiras para a efetividade da cooperação internacional do Brasil. Além disso, cabe ressaltar que, a partir da análise das variáveis traçadas para a elaboração deste estudo, não podemos afirmar que houve uma ruptura da política externa ao longo do primeiro mandato de Rousseff, mas sim ajustes devido às particularidades do cenário em que se inseriu. Partindo dos dados acerca dos projetos de cooperação firmados no âmbito da ABC, nota-se uma importante tendência de continuidade dos programas na área de Defesa, que buscam responder às novas possíveis ameaças no entorno estratégico brasileiro, principalmente na região do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Cooperação na Área da Defesa**. 2015. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/499>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ALSINA JR., João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 173-191, 2009.

AMARAL, Roberto. O Brasil, a América do Sul e a Integração Regional. **Carta Capital.** [S.l.], 23 abr. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-a-america-do-sul-e-a-integracao-regional-8749.html>. Acesso em: 27 jun. 2015.

AMORIM, Celso.

B A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. spe, p. 214-240, 2010.

RBOSA, Luísa Calvete Portela. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): criação, projeto e dimensão político-estratégica. Porto Alegre, 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116730/000955967.pdf?sequence=1> . Último acesso em 07 Jul 2015.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Brasil e a República Popular da China**: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Defesa nacional e política externa.** 2003. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/mensagem-ao-congresso/pdfs/2003-defesa-nacional-e-politica-externa.pdf/@@download/file.>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação** / Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/PRJCTI_new.pdf>. Acesso em 02 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reunião da Comissão Mista Brasil-União Européia em Brasília.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7846:&catid=221&Itemid=164>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa**. Estratégia Nacional de Defesa; Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012a.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, 2012b**.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

BRASIL. **Representantes da Zopacas debaterão tráfego, busca e salvamento marítimos**. 02 out. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/10/representantes-da-zopacas-debaterao-trafego-busca-e-salvamento-maritimos>. Acesso em: 05 jul. 2015.

BRASIL. **Brasil ajudará a fortalecer Força Naval do Suriname.** 09 ago. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/08/brasil-ajudara-a-fortalecer-forca-naval-do-suriname>. Acesso em: 05 jul 2015.

BREDA DOS SANTOS, Norma. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História**, São Paulo, v.33, n.2, p. 189-216, 2014.

CERVO, Amado. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORNETET, João Marcelo Conte. A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p.111-150, 2014.

CORREIA, Gustavo Luiz de Lima. **O Alinhamento da Política Nacional e Defesa com a Política Externa Brasileira como Base para o Desenvolvimento do Poder Nacional**. 2015.73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação lato sensu em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Revista Curitiba: Economia & Tecnologia, ano 7, v. especial, 2011. Disponível em <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>. Último acesso em 08 Jul 2015.

DEFESANET**. Brasil quer Guiana e Suriname envolvidos na integração em defesa sul-americana.** Defesanet Agência de Notícias Ltda., 2012. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7736/Brasil-quer-Guiana-e-Suriname-envolvidos-na-integracao-em-defesa-sul-americana>. Acesso em: 01 jun. 2015.

DEFESANET. **EMBRAER - Primeiro Vôo do EMB 145 AEW&C Desenvolvido para a Índia.** Defesanet Agência de Notícias Ltda., 2011. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/3869/EMBRAER---Primeiro-Voo-do-EMB-145-AEW&C-Desenvolvido-para-a-India>

DINIZ, Rubens. **O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. 24 fev. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-brasil-e-o-conselho-de-defesa-sul-americano-1178.html>. Acesso em: 01 jul. 2015.

Escola Superior de Guerra (ESG)**. CAD-Sul.** Escola Superior de Guerra, 2014. Disponível em: **<**http://www.esg.br/index.php/br/defesa-sul-americano-cad-sul#organização-do-curso**>.** Acesso em: 01 jun. 2015.

GÓMEZ, Eduardo J.. Why Iran-Brazil friendship has gone cold. **CNN.** [S.l.]. 05 abr. 2012. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/04/05/opinion/gomez-iran-brazil-chill/index.html>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Brasília: Ipea /ABC, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. Parcerias estratégicas do Brasil: um balanço da era Lula (2003 - 2010). **Revista Brasileira de Política Internaciona**l, Brasília, v. 53, n. spe, p. 115-131, 2010.

MARCHETTI, Vitor. Início de uma política externa altiva e ativa. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G (Org.). **2003 – 2013: uma nova política externa.** Tubarão: Copiart, 2014. Cap.4, p. 31 – 51.

MASIERO, Gilmar. **Negócios como Japão, Coréia do Sul e China**: Economia, gestão e relações com o Brasil. São Paulo: Saraiva, 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Ministros integrantes da Unasul aprovam criação da Escola Sul-Americana de Defesa.** 2014. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/8432-defesa-ministros-integrantes-da-unasul-aprovam-criacao-da-escola-sul-americana-de-defesa>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, Desenvolvimento e Dinâmicas Espaciais na África Subsaariana**.** In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012. Cap.VII, p.201-236.

MONTEIRO, Tânia. Brasil escolhe caças suecos Gripen. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 18 dez. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil--escolhe-cacas-suecos-gripen,1110114,0.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política Africana do Brasil: Mudança entre Lula e Dilma? **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.6, n.29, p.33-47, 2015.

OLIVEIRA, G. Z.; BRITES, P. V. P.; MUNHOZ, A. O papel do Ministério da Defesa na política externa brasileira para a América do Sul. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 49-66, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/6378>. Acesso em: 23 jan. 2014.

OLIVEIRA, Jamerson S. Albuquerque. **A adesão venezuelana e o futuro do Mercosul.** 2012. Disponível em: <http://mundorama.net/2012/10/08/a-adesao-venezuelana-e-o-futuro-do-mercosul-por-jamerson-s-albuquerque-oliveira/>. Acesso em: 07 jul. 2015.

PATRIOTA, Antonio A. Próximos anos: cenários e desafios da política externa. In MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio; BERRON, Gonzalo (Orgs.). **2003-2013:** Uma Nova Política Externa. Tubarão: Copiart, 2014. Cap.3, p.15-30.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Anthony W. Continuity Is Not Lack of Change. **Critical Sociology**, [S.l.], v.38, n.6, p.777–787, 2012.

PIQUET, Rosélia. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2012. Cap.V, p.147-170.

SAINT-PIERRE, H. L. A defesa na política externa: dos fundamentos a uma análise do caso brasileiro. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 8, ago. 2010. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/pdfs/77_analises_AC_n_8_ago_2010.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

SENNES, Ricardo. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, André Luiz Reis da. Segurança e Desenvolvimento na Projeção Internacional do Brasil (2003 – 2013). In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Cap.3, p. 66-83.

SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira da. As Crises Financeiras Mundiais de 1929 e 2008: uma análise comparativa a partir da abordagem pós-keynesiana. Porto Alegre, 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, Antonio Augusto Vianna de. **Principais aspectos da Política Externa Brasileira e a PDN**. 2008. Disponível em: <http://www.eme.eb.mil.br/ceeex/public/arquivos/artigos/ArtCelDeSouzaPolExtPDN.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, v.53, n. spe, p. 91-114, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula - Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 381-397, 2005.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História**, São Paulo, v.29, n.2, p.3-29, 2010.